

Agência crítica em Linguística Aplicada: negociações a partir de sobrevivências e reexistências no contexto brasileiro

Critical agency in Applied Linguistics: negotiations from survivals and re-existences in the Brazilian context

Junot de Oliveira Maia  

junotmaia@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Resumo

O presente trabalho tem como propósito inicial fazer um apanhado histórico dos estudos críticos no âmbito da Linguística Aplicada, reconhecendo como o caráter transgressivo desses estudos influenciou e impactou as investigações sobre linguagens e sobre letramentos no contexto brasileiro. Em seguida, argumenta-se em favor da importância da etnografia como prática contextual indispensável para a construção de pesquisas que se pretendem críticas no campo já mencionado. Nesse cenário, investigações sobre sobrevivência e reexistência no contexto da Linguística Aplicada brasileira emergem como inspirações plausíveis relacionadas a um fazer acadêmico crítico de fato. Para sustentar essa afirmação, recorre-se a cenas de dois trabalhos relevantes do campo, empreitadas em que pesquisadores buscam construir relações horizontais e colaborativas com os participantes de suas pesquisas. As análises dessas cenas tornam evidentes a importância de um contato etnográfico longitudinal para que negociações entre os agentes de letramentos envolvidos viabilizem uma construção compartilhada de conhecimentos, capaz de democratizá-los e de torná-los acessíveis e relevantes também para os participantes das pesquisas, efetivos co-construtores de cada um desses trabalhos, e para as suas comunidades.

Palavras-chave

Estudos Críticos. Letramentos. Sobrevivência. Reexistência.

Abstract


The initial aim of this article is to present a historical overview of critical studies in the field of Applied Linguistics, recognising how the transgressive nature of these studies has influenced research into languages and literacies in the Brazilian context. It then argues in favour of the importance of ethnography as an indispensable contextual practice for the construction of research that claims to be critical in this field. In this scenario, investigations into survival and reexistence in the context of Brazilian Applied Linguistics emerge as plausible inspirations for a truly critical academic approach. To support this assertion, we turn to

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 09/07/2024

Aprovação do trabalho: 15/11/2024

Publicação do trabalho: 20/03/2025

 10.46230/lef.v16i4.15201

COMO CITAR

MAIA, Junot de Oliveira. Agência crítica em Linguística Aplicada: negociações a partir de sobrevivências e reexistências no contexto brasileiro. **Revista Linguagem em Foco**, v.16, n.4, 2024. p. 55-76. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/15201>.

Distribuído sob



Verificado com

Plagius
Detector de Plágio

scenes from two relevant works in the field, endeavours in which the researchers seek to build horizontal and collaborative relationships with the participants in their investigations. The analyses of these scenes show the importance of ethnographic contact so that the negotiations between the literacy agents involved can enable a shared construction of knowledge, capable of democratising it and making it accessible and relevant to the research participants, who are the effective co-constructors of each of these works, and their communities.

Keywords

Critical Studies. Literacies. Survival. Reexistence.

Introdução

A despeito de algumas manifestações atuais infelizes – e, não raras vezes, violentas – vinculadas ao avanço de uma direita ultraconservadora no Brasil (Haddad, 2019, p. 141), foi daqui que partiram os primeiros ecos de uma pedagogia crítica propriamente dita, que desestabilizou os referenciais sobre práticas da educação e, por conseguinte, do ensino de línguas e linguagens ao redor do mundo. O vasto empreendimento de Paulo Freire sobre iniciativas contextualizadas na subjetividade dos educandos a serem alfabetizados no âmbito da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) referenda uma tradição que tem sido construída por nosso país ao longo dos anos, envolvendo formas de se promover uma educação crítica em diferentes campos do conhecimento. Notadamente, a proposição de uma pedagogia do oprimido (Freire, 1968), revisitada mais de 20 anos depois com uma postura esperançosa vozeada pelo referido autor (Freire, 1992), aborda o valor de uma consciência crítica por parte dos agentes envolvidos nos eventos de aprendizagem que grassam nas muitas realidades escolares espalhadas pelo globo, da educação básica à pós-graduação.

Em linhas gerais, a educação crítica, nos termos de Apple, Au e Gandin (2011, p. 14), tem como propósito “expor o modo como as relações de poder e desigualdade (social, cultural, econômica), em sua miríade de combinações de formas e complexidades, manifestam-se e são postas em questão” no percurso educacional das pessoas. Significa, nesse sentido, entender que aspectos relacionados a tensionamentos ideológicos e de poder atravessam diretamente o processo longitudinal de educação dos sujeitos, que, cientes desses elementos, investem em ampliar seus horizontes de aprendizagem, ao mesmo tempo que reduzem as possibilidades de estarem ou, o que é mais sério, de serem enganados. Como é de se esperar, dada a grande interface que possui com os estudos em educação, a Linguística Aplicada (doravante, LA), campo de estudos que ora nos interessa, também tem dedicado parte do seu empenho a essa discussão,

principalmente nos estudos que se aprofundam em assuntos que envolvem o chamado letramento crítico (Mattos e Valério, 2010; Menezes de Souza, 2011; Monte Mór, 2013; para citar alguns).

Embora a grande maioria dos atuais trabalhos em LA tenha a criticidade como parte intrínseca de sua realização, reminiscências de uma proposta que priorizava exclusivamente o ensino da língua – e que, de maneira contígua, reconhecia a aplicação de teorias linguísticas para a aprendizagem de línguas como o propósito único da LA – ainda perduram. A título de exemplo, seguem sendo comuns no Brasil estudos do campo aplicado que restringem seu escopo ao ensino sistemático da língua, sobretudo quando filiados a uma abordagem comunicativa de aprendizagem (Nunes, 2018; Pontes, 2019; Almeida Filho, 2020). Nesse sentido, retomar a centralidade de questões ideológicas e de poder nos estudos da linguagem tem sido uma tarefa relevante, sobre a qual uma série de colegas tem se debruçado (Moita Lopes, 1994, 2006; Rajagopalan, 2003, Jordão, 2016, entre outros), seja para reforçar a importância do fator crítico para o ensino de línguas, seja para entendê-lo de forma mais ampla, associado a uma LA que se preocupa em criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem ocupa um papel central (Moita Lopes, 2006, p. 20).

A preocupação da LA com uma orientação pragmática de seus estudos envolvendo o uso da língua e das linguagens já não nos causa estranhamento, portanto. É possível encontrarmos no campo trabalhos tão diversos como os de Buzato e Torres (2019), em que os autores abordam o jornalismo de dados e, a partir dele, percebem uma tendência em sua prática que subordina percepções qualitativas a saberes quantitativos; de Borba (2022), sobre o enregistramento da construção “ideologia de gênero” e como ela age no fortalecimento de uma agenda transnacional que se contrapõe aos estudos sobre o gênero identitário como um constructo social; de Bittar (2020), que reflete sobre as ações de sobreviver e sonhar no contexto de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo; paralelamente a outros, mais tradicionais, como livro recente de Ribeiro e Coscarelli (2023) sobre LA e o ensino de português, ou obra organizada por Moita Lopes (2013) sobre o ensino de língua inglesa, em homenagem à longeva carreira da Profa. Maria Antonieta Alba Celani, fundadora do primeiro programa de pós-graduação em LA do país, na PUC-SP.

Frente à admissão dessa variedade de práticas, todavia, acho válida a retomada de uma crítica elaborada por Silva (2015, p. 353) sobre o fazer em LA no Brasil atualmente, uma percepção minuciosa que, de modo mais específico, in-

terfere determinantemente sobre a maneira como o fator crítico se configura nas proposições analíticas do campo. Segundo o autor, em termos diretos, “etnografia e movimento (dos dados e do corpo de quem pesquisa) não estão sendo devidamente considerados em algumas pesquisas em LA”. Faço coro a essa sua afirmação sobretudo por perceber, em vários dos trabalhos produzidos, uma recorrência discutível em relação à contextualização das análises linguístico-discursivas, que, quando não prescindem da implicação do analista na construção dos dados, circunscrevem-se à literalidade dos enunciados a comporem os eventos de interação investigados. Por isso, enfatizo o fato de que uma orientação pragmática, que está nos alicerces fundantes da LA como campo de pesquisa, reforça a consistência crítica das investigações propostas em seu âmbito e, por isso, precisa ser retomada.

Dois trabalhos relativamente recentes podem, a meu ver, servir de impulso para esse arranjo que reitera não só o valor da dimensão etnográfica em LA, mas também o seu papel na realização de pesquisas que se proponham críticas de fato. Com efeito, trata-se de estudos sobre letramentos associados a questões de sobrevivência e de reexistência, ações cujo entendimento por parte do analista se tornam cada vez mais coerentes na medida que um convívio longitudinal e constante com os coconstrutores de suas investigações se estabelece e se confirma com o passar do tempo. Dos trabalhos publicados de Souza (2009) e Maia (2017), especificamente, seleciono e analiso eventos que ilustram a centralidade da negociação entre pesquisador e participantes de suas respectivas pesquisas, para que elas se tornassem viáveis.

Nesse sentido, proponho, primeiramente, um olhar sobre como os estudos críticos se encontram com as pesquisas em LA e sugerem, então, um caráter transgressivo às suas práticas. Desse breve histórico, o que se segue é uma entrada mais específica na discussão sobre letramentos críticos e sobre como uma interface dos estudos desse campo com a prática etnográfica contribui para a consistência de investigações que se pretendem efetivamente críticas. Na terceira seção, com base no recorte articulado a partir dos conceitos de letramentos de sobrevivência e de reexistência, foco na maneira como o fazer crítico em LA pressupõe que o pesquisador esteja disposto e aberto para negociações com os participantes de sua pesquisa para, assim, viabilizá-la. Após as análises dos excertos sobre negociações presentes nos dois trabalhos mencionados, apresento as considerações finais acerca do que aqui argumento.

1 A criticidade em LA: um breve histórico recente

Em relação à LA, é válido ressaltar a forma como ela tem sido convocada a pensar o papel dos estudos críticos em meio a suas práticas analíticas. Ainda que Cavalcanti (1986) não os tenha mencionado explicitamente em texto que funda o campo no Brasil, as discussões a eles pertinentes já chamavam a atenção principalmente de pesquisadores que, analisando interações entre professores de línguas e seus aprendizes, refletiam sobre a relevância de se promover práticas contextualizadas e questionadoras de leitura em sala de aula. Alinhadas a essa preocupação, Busnardo e Braga (1985), por exemplo, sob o prisma neomarxista, investigaram como problemas de interpretação de textos decorrentes da falta de certos domínios linguísticos prejudicavam uma apreciação crítica dos conteúdos ensinados em aulas de línguas estrangeiras.

Na década de 1990, esse apelo crítico no fazer em LA ganhou destaque com o trabalho de Moita Lopes (1994). Naquele momento, em meio à fertilidade de um campo epistemológico que buscava se estabelecer no país para além de “definições externas produzidas pela linguística” (Signorini e Cavalcanti, 1998, p. 8), o livro *Oficina de Linguística Aplicada* referendou a importância de se reconhecer a natureza social da linguagem, o que demandou um aprofundamento acerca de como questões ideológicas e de poder inerentes às práticas requerem níveis diversos de criticidade a fim de se evitar manipulações de qualquer natureza. Poucos anos depois, Signorini e Cavalcanti (1998) também contribuíram com essa percepção no contexto brasileiro, quando refletiram sobre aspectos transdisciplinares da LA e trouxeram à baila a pertinência de uma abordagem crítica para o campo.

A ênfase dessas autoras no compromisso com a criticidade materializa-se por meio da divulgação em livro por elas organizado (Signorini e Cavalcanti, 1998) da tradução de um texto seminal de Pennycook (1990) sobre o tema. Conforme argumentado por ele, a desigualdade social de ordens diversas deve ser a força motriz de uma postura pedagógica que necessariamente explora o caráter político-ideológico da educação linguística. Em termos mais diretos, é preciso, além de criticar, propor e transformar.

Remonto, então, aos anos 2000, quando tanto a linguística pura como seu campo aplicado passam a referendar a importância de se estabelecer um diálogo consistente com os estudos críticos. Definitivamente, trata-se da época em que a crítica “entra em cena” nos estudos da linguagem, a despeito de seu in-

sistente apego ao modelo positivista de se fazer ciência. Rajagopalan (2003), por exemplo, defendeu de forma contundente a importância de uma aproximação entre o linguista e o não-linguista – em seus termos, o leigo – pautada no diálogo, sustentado por uma abordagem que priorize os aspectos práticos – sociais e, por conseguinte, ideológicos – das ciências linguísticas, de modo a torná-las mais palatáveis para aqueles que não as estudam academicamente.

Além disso, segundo ele, a crítica vinha finalmente ocupando o espaço que lhe é de direito nos estudos da linguagem, afinal não se pode separar um fazer sobre a língua de um fazer na língua, algo que sempre fora defendido por colegas mais ortodoxos, protoviúvos do positivismo. Nos termos do autor, “não há como sair da linguagem para contemplá-la como se [o linguista] nada tivesse a ver com ela” (Rajagopalan, 2003, p. 127), o que torna inevitável a intervenção desse profissional na realidade social em que está inserido e sua responsabilização pelas consequências e pelas expansões de seu próprio trabalho.

Na LA, por sua vez, já caracterizada pela porosidade em relação a outras áreas e, notadamente, por uma ética INdisciplinar (Moita Lopes, 2006) a permear suas propostas, o fazer crítico se fortaleceu por meio de empreitadas que colocavam em xeque as hipocrisias de uma abordagem neutra, pautado exclusivamente no ensino sistemático de línguas. A propósito, conforme Pennycook (2006) uma vez mais, a criticidade revela um caráter transgressivo quando associada a quatro definições específicas, a saber: a distância crítica necessária para se construir uma análise coerente de um fato em que a linguagem exerça um papel central; o engajamento crítico convertido em preocupação com aspectos sociais indissociáveis de uma situação linguística específica; a postura crítica decorrente da tradição neomarxista de pesquisa; e a prática crítica de investigação, baseada em premissas pós-modernas.

Esse mapeamento de condutas e posicionamentos caracterizadores da LA esclarecem a forma como o campo tem, nos últimos anos, sabido lidar com a dinâmica mutável de suas fronteiras, permeáveis em relação a outras disciplinas. A transgressão, nesse caso, aponta para um amadurecimento das reflexões construídas em seu âmbito, mas sem qualquer propósito de enrijecimento de suas bordas. Pelo contrário: ainda com base em Pennycook (2006, p. 76), instrumentos políticos e epistemológicos diversos são convocados para a formulação de investigações linguísticas inovadoras, atravessadas por questões de classe, sim, mas expandidas para aspectos que envolvem gênero, raça, sexualidade, situação migratória e de refúgio, entre outras possíveis interseccionalidades.

No Brasil, uma das formas encontradas pela LA de exercer seu caráter transgressivo é através da preocupação com os problemas decorrentes da desigualdade social que assola o país. Mais do que isso, as pesquisas propostas a partir de seu escopo têm potencializado “modos alternativos de construir realidades” (Pennycook, 2006, p. 76), agindo diretamente sobre problemas em que a linguagem, se pensada de forma eticamente engajada, pode contribuir para a arquitetura de futuros mais justos. Merecem destaque, nesse sentido, trabalhos que apontam para a maneira como agentes de letramento marginalizados por setores hegemônicos de nossa sociedade se engajam em práticas linguísticas criativas a fim de sobreviver (Maia, 2017) às injustiças que lhes são impostas e de reexistir (Souza, 2009), a despeito das inúmeras formas de opressão a eles dirigidas.

2 Letramentos críticos, sobrevivências e reexistências em LA

2.1 Letramentos críticos: definições e redefinições

Conforme venho argumentando, as teorias críticas impactaram de forma direta as investigações em LA, de modo que uma preocupação do campo com questões ideológicas e de poder para além dos aspectos exclusivamente linguísticos passou a ganhar corpo. Nesse cenário, merece destaque a maneira como os estudos dos letramentos acolheram tais impactos, contribuindo com a proposição de inúmeras pesquisas e com a divulgação de seus respectivos resultados.

Uma primeira definição dos chamados letramentos críticos (doravante, LC) está bem fundamentada no trabalho de Mattos e Valério (2010), que o reconheceram como um elemento transformador a ser associado ao ensino de línguas e à pesquisa em LA, como um todo. Mais especificamente, os LC reconhecem o texto como um produto decorrente de tensionamentos ideológicos em suas condições de produção e a linguagem, como produção de sentidos que se estabelece a partir das dinâmicas de poder sociopolítico em um determinado momento histórico em que se insere um autor. Via de regra, alinhada às pedagogias de Freire (1968, 1992), a proposta de LC se preocupa, em termos mais diretos, com a formação da consciência crítica dos sujeitos sociais e com a sua inclusão nas diversas esferas de poder, principalmente em se tratando de contextos marginalizados em função da desigualdade social, como ocorre no Brasil.

É admissível que uma definição como essa, atravessada por um perceptí-

vel viés desenvolvimentista relacionado à formação dos agentes de letramentos (Maia, 2009), seja digna de discordâncias e de derivadas observações. Afinal, a agência crítica pode ser, muitas das vezes e se mal empreendida, considerada incontroversa, uma iniciativa a ser imposta nos diversos contextos de interação entre os sujeitos, abrindo mão dos jogos de poder que caracterizam justamente a tentativa de construção de uma crítica compartilhada por parte de um determinado grupo – sobre isso, ver Foucault (1971, p. 14) e sua argumentação sobre a “vontade de verdade” que se inscreve na ordem do discurso.

Além disso, tal percepção generalista corre o risco de assumir uma ideia progressista de empoderamento que não legitima a pluralidade identitária e de vontades daqueles que interagem em uma determinada situação discursiva. Se assim for, uma premissa tomada como verdadeira silenciará as muitas diferenças que, por certo, permeiam as negociações, as identidades e os desejos em jogo em qualquer evento de letramento. O exemplo de D. Cida, empregada doméstica retratada por Maher (1988) e representante arquetípica do sujeito analfabeto, revela a forma como, nem sempre, há consenso em um projeto que se pretende emancipatório: a senhora, ainda que ratifique o valor da escolarização para seus filhos, não deseja se submeter a nenhum programa de alfabetização e, não bastasse, argumenta em favor de sua esperteza justamente por se resolver em situações que dela exigem familiaridade com práticas letradas autônomas, caso das alfabéticas.

Em razão de críticas como essas e afetado por pareceres nem sempre voluntariosos voltados às percepções dos LC – alguns deles, relativamente brandos, caracterizando-os como “sedutores” (Davies, 1999, p. 142), enquanto outros, mais ferinos, como o de Widdowson (2001, p. 16), que lhes atribui um véu de hipocrisia –, Menezes de Souza (2011) empenha-se em uma redefinição dos preceitos básicos a eles pertinentes, dando relevância principalmente a uma perspectiva genealógica relacionada à produção de sentidos em uma determinada interação. Baseado nas pedagogias freireanas, o autor ressalta a importância de o sujeito que se pretende crítico dar um passo a mais no diálogo com o outro, evitando imposições de qualquer natureza em nome de um suposto valor universal. Nesse sentido, não basta somente estar no mundo, mas também com ele, o que implica admitir que

o processo de ler criticamente envolve aprender a escutar não apenas o texto e as palavras que o leitor estiver lendo, mas também – e talvez mais crucialmente no mundo de conflitos e de diferenças de hoje – aprender

a escutar as próprias leituras de textos e palavras. Isso quer dizer que ao mesmo tempo em que se aprender a escutar, é preciso aprender a se ouvir escutando. (Menezes de Souza, 2011, p. 132).

Essa abordagem crítica ressignificada das condições complexas de produção de sentidos em ambos os lados de uma interação pode dar luz à natureza multifacetada de um conflito materializado na linguagem e à impossibilidade de erradicar as diferenças e, conseqüentemente, os conflitos entre as partes. Para Menezes de Souza (2011), a crítica está, de fato, em não apenas ouvir o outro dentro do seu contexto de significação, mas também em se ouvir ao escutar esse outro.

Esse processo de escuta revela que tentar impor uma visão – por mais pretensiosamente bem-intencionada que ela seja! –, dominar o outro, silenciá-lo ou reduzir suas diferenças para que se assemelhem às nossas próprias convicções é um esforço contraditório em relação à própria criticidade. Uma escuta profunda e reflexiva nos leva a entender a perenidade das diferenças, e nos impulsiona a buscar formas alternativas de interação e, principalmente, de diálogo que evitem tanto o confronto direto quanto a imposição de uma harmonia forçada entre as partes. Assim, feita essa explanação, creio ser importante pensarmos em como o contexto também precisa ser considerado como agente que colabora para a instauração do que vem a ser considerado crítico, sempre negociado em meio aos embates discursivos em voga.

2.2 O contexto como crítica: a etnografia e a história dos dados

Os esforços dos estudos sobre LC em assumir uma proposta emancipatória associada às possibilidades de agência crítica são louváveis e, sem dúvida alguma, devem ser levados em consideração. Em função dele, muitas iniciativas de uma educação libertadora foram levadas a cabo, como a própria experiência de alfabetização de centenas de pessoas na cidade de Angicos, relatada por Paulo Freire (1968) em sua *Pedagogia do Oprimido*. Contudo, também é verdade que uma determinação inequívoca e não questionável da criticidade se torna problemática quando se distancia da experiência do próprio pesquisador que a elabora – algo que, vias de fato, não ocorreu com Freire, dada sua agência em contato direto e contínuo com os aprendizes e suas respectivas realidades na experiência que acabo de mencionar.

Poder-se-ia considerar que, muitas vezes, em última instância, a constru-

ção de um contexto referente aos dados discursivos produzidos esbarra na necessidade de se adotar princípios pretensamente universais. Com base nos trabalhos de White (2000) e de Vattimo (2004), o próprio Menezes de Souza (2011, p. 137) nos informa o entendimento, a meu ver, passível de questionamento, de que “a falta de normas e critérios tidos como universalmente válidos não implica necessariamente a inexistência de normas, verdades e fundamentos, fatores importantes para qualquer ação política”.

Fato é, todavia, que esses supostos critérios universais também são da ordem do discurso e se dão no âmbito da interação, estando sujeitos, pois, às condições em que se geram e desacreditando uma única forma de agência presumidamente correta. O crítico, nesse sentido, não é algo do plano do correto, mas, sim, um construto negociado, interacional e ideológico. Alinhado a essa noção, Blommaert (2008, p. 110) argumenta que

[o] tempo, o lugar e a ocasião em que os dados são obtidos têm efeito sobre eles: eles são o que são por ocorrerem de determinada forma em determinado contexto. A questão “Por que nós investigamos *isto agora*?” é importante, pois aponta para a situacionalidade social de nossa própria pesquisa.

Essa percepção compartilhada pelo autor diz muito sobre como dados produzidos a partir de uma agência alegadamente crítica por parte de um investigador dependem do como e do quando pertinentes ao momento em que nasceram. Isso implica admitir como as negociações que ocorrem em uma situação agentiva dependem de uma conjuntura histórica, política e cultural, que influencia diretamente o contato entre o investigador e os participantes de sua pesquisa.

Nesse sentido, é importante entender o valor que as diferenças, enquanto marcadores inequívocos de uma pluralidade tensionada das identidades e das vontades dos envolvidos, assumem em qualquer situação de pesquisa que pressuponha a possibilidade de agência crítica. Não se trata, no caso, de pensar a diferença a partir de uma celebração da diversidade, na medida em que esse tipo de leitura tende a diluir os atritos decorrentes do encontro entre sujeitos e suas variadas culturas, o que acabaria lhes atribuindo certo tom homogeneizante. Até porque, como atestado por Bhabha (2003 [1994], p. 275), nesses espaços que se constroem em função do contato cultural, a negociação se institui a partir de um processo dialógico e tradutório, capaz de relativizar e de tensionar as fronteiras, sempre moventes e permeáveis, que possam surgir a partir dele.

Assim como Blommaert (2008, p. 110), entendo que uma interpretação mais justa e complexa da história dos dados criados no panorama de uma investigação seja construída de modo substancial quando o investigador recorre à prática etnográfica, que viabiliza uma compreensão mais abrangente de sua parte em relação ao contexto que, por ele, busca ser melhor compreendido. A etnografia, conforme a adoto neste texto, pode ser definida a partir de Geertz (1973) como um esforço de comunicação entre culturas distintas e seus respectivos membros, o que pressupõe a negociação entre os envolvidos tal como já abordado anteriormente. Trata-se, ainda, de uma atividade relacional e política, que, uma vez elaborada, retrata quais as percepções do etnógrafo sobre aquilo que por ele é narrado, coadunando também com a ideia de Clifford (1986, p. 31), para quem as verdades do etnógrafo são sempre parciais.

Como exemplo de trabalhos etnográficos que retratam negociações entre pesquisadores e os participantes de suas pesquisas a fim de torná-las possíveis, recorro a exemplos contidos em dois trabalhos que, creio eu, exemplifiquem com propriedade e consistência o que venho argumentando. Os trabalhos de Souza (2009) sobre letramentos de reexistência e de Maia (2017) também sobre letramentos, mas de sobrevivência, abordam experiências etnográficas efetivas, marcadas pela prática longitudinal da observação participante – ou, nos termos de Whyte (2005 [1993]) e de Lopes (2011), da “participação observante” –, que se comprova por meio do detalhamento de um longo trabalho de campo realizado pelos pesquisadores junto aos coconstrutores – os participantes, portanto – de suas investigações nos seus respectivos contextos.

3 O contexto como crítica: negociações como recursos para sobreviver e re-existir

Para refletir sobre estes dois verbos, sobreviver e reexistir, remonto aos trabalhos que, majoritariamente, fizeram com que eles ganhassem proeminência no âmbito dos estudos da linguagem¹. Por isso, proponho uma leitura dos trabalhos de Souza (2009) e Maia (2017), acreditando que, entre eles, se estabeleça um amálgama recursivo. Justifico: parto do princípio de que o morador da periferia é, antes de tudo, por imposição socioestrutural, um sobrevivente da desigualdade

1 Não posso deixar de mencionar que o conceito de letramentos de sobrevivência é, antes de tudo, coletivo. Afinal, além de trazer a voz de outros acadêmicos (Lopes *et al*, 2017; Maia, 2019), ele ressoa as histórias de luta pela vida contadas pelos moradores do Complexo do Alemão.

social que assola o Brasil, mas reconheço que, a partir do primeiro momento em que esse sujeito assim existe, sobrevivendo, ele se torna capaz de criar, de inventar, de mirabolar estratégias e táticas (De Certeau, 1980) que lhe habilitam a agir no extrapolar da resistência, reexistindo na territorialidade da cidade, mesmo que ela lhe seja inóspita ou proibida. Na busca por uma melhor compreensão desse arranjo que se relaciona diretamente aos letramentos dos sujeitos periféricos, vamos às leituras.

Em 2009, Ana Lúcia Silva Souza (doravante, Analu) defendeu, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), seu trabalho de doutorado, que ganharia maior notoriedade cerca de dois anos depois, quando publicado pela Parábola Editorial, com o título "Letramentos de reexistência - poesia, grafite, música, dança: hip-hop" (Souza, 2011). De sua tese, defendida em 2009, retomo três percepções fundamentais sustentadas pela autora: a primeira, a premência de que a escola passe a reconhecer a importância de outras agências de letramentos na educação linguística por ela promovida; a segunda, a importância de se legitimar as diversas vozes e identidades que reexistem na territorialidade da escola por meio de pontes erigidas entre os letramentos autônomos e os tantos outros, ideológicos, que os alunos praticam no decorrer de suas vidas e que vão muito além do ambiente escolar; e a terceira, a de validar o hip-hop como uma agência de letramentos de suma importância na formação de jovens periféricos e, sobretudo, negros, que, mesmo diante das muitas tentativas de invisibilização² que lhes são direcionadas, compõem a realidade sociocultural brasileira.

As duas primeiras percepções reforçam, a meu ver, a argumentação que elaborei anteriormente sobre como uma perspectiva transgressora pode contribuir para o desenho de futuros mais equânimes. Afinal, uma escola que seja capaz de promover elos entre letramentos de dentro e de fora da escola e que, em função deles, valorize as vozes e identidades que nela circulam está educando criticamente, sobretudo por dar o devido valor à história de seus alunos. Já a terceira, além do destaque que confere ao hip-hop como agência potente de letramentos, com a qual jovens negros e periféricos se identificam e na qual colocam em jogo suas escritas escolares ou não, evoca a importância da negociação entre os agentes linguísticos envolvidos em uma situação de interesse mútuo dian-

2 As altas taxas de mortalidade de jovens negros e periféricos nas cidades brasileiras, registradas no Atlas da Violência 2024 (Ipea, FBSP, 2024), atestam a que ponto podem chegar tais "tentativas de invisibilização".

te de possíveis dissensos, desencontros que possam atrapalhar a construção de alianças convenientes para todos os sujeitos nela interessados.

Digo isso com base em relato da própria autora sobre como foi a negociação que ela precisou empreender junto aos cinco rappers que participaram de sua pesquisa de doutorado, jovens que, inicialmente, se mostraram avessos ao envolvimento com uma atividade acadêmica, mesmo cientes e respeitosos do histórico de militância da pesquisadora no movimento negro unificado. Sobre sua abordagem, escreveu Analu (2009) que

[a]lguns jovens do grupo, depois de me ouvirem com atenção, passaram a discorrer sobre suas frustrações com o universo acadêmico. Diziam eles que por diversas vezes haviam sido objetos de estudo e que pouco ou nada sabiam sobre o desenvolvimento e a finalização dos trabalhos, a não ser quando os viam publicados, algumas vezes sem mesmo ter um exemplar em mãos.

Se hoje sabemos os nomes desses MCs³ – Natas, Dimenor, Débora, LGe e Soneca –, é justamente pelo caráter “compromissado” (Souza, 2009, p. 92) assumido pela autora no fazer de sua pesquisa. Como por ela narrado em seu texto, foi após uma série de conversas, negociações envolvendo concessões, contrapartidas, investimentos, enfim, retornos diversos, que os jovens do hip-hop aceitaram participar da proposta de investigação que lhes foi feita.

Consoante a isso, é preciso destacar como as identidades postas em jogo na tentativa de se estabelecer um intercâmbio efetivo entre a pesquisadora e os sujeitos engajados no referido movimento precisaram ser negociadas. O inesperado instaurado no encontro inicial com os MCs obrigou Analu a rever e ressignificar sua abordagem – a se ouvir ao escutar o outro, portanto. Como ela mesma relata:

[d]e maneira peremptória, diziam que estavam fartos da situação e que não se prestariam mais a isso, embora sabendo de minha trajetória no movimento negro. (...)Percebi que o fato de ser negra não necessariamente validava minha presença como pesquisadora entre eles. (Souza, 2009, p. 93).

3 MCs são os Mestres de Cerimônias do movimento hip-hop. São os poetas, oradores que tomam a palavra nos palcos e nas batalhas de rimas.

O posicionamento dos jovens em relação à empreitada da investigadora explicita como os jogos identitários e de poder envolvidos em qualquer interação entre agentes de letramentos são instáveis por princípio, ainda mais em se tratando de agências tão diversas em suas origens. Nem mesmo sua história de contundente participação em ações do movimento negro (destaco, por exemplo, a atuação no Movimento Negro Unificado – MNU – e na Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, a ABPN) foi um marcador definitivo para que, de pronto, se estabelecesse uma aliança com aqueles MCs.

Como reforça em sua tese, a recusa por ela recebida em função de ser acadêmica – membra de uma das mais socialmente prestigiadas agências de letramento autônomo de nossa sociedade, por sinal – obrigou-a a rever suas próprias movimentações, que, a partir de então, passaram a convergir no sentido de ela se dedicar a conhecer as peculiaridades do hip-hop e, mais que isso, participar efetivamente dos eventos que o envolviam. Conforme consta em sua tese (Souza, 2009, p. 74), Analu estabeleceu acordos de cooperação com os jovens, então interessados em publicar artigos, fazer palestras e seminários, participar de debates públicos, acadêmicos ou não, entre outras práticas de letramentos comuns no repertório da investigadora e que, por desejo deles, precisariam ser compartilhadas.

Esse exemplo sobre negociações relativas aos estudos sobre letramentos de reexistência converge com o relato de duas passagens relacionadas ao trabalho de campo que desenvolvi em meu doutorado sobre letramentos de sobrevivência entre os anos de 2013 e 2017 (Maia, 2017). A primeira delas diz respeito a uma tentativa de minha parte de me aproximar de um renomado coletivo de ativistas e pesquisadores do Complexo do Alemão, o Instituto Raízes em Movimento. A segunda, por sua vez, trata do meu envolvimento com o projeto Favela Art e, conseqüentemente, com sua fundadora, a artista e coconstrutora de minha pesquisa Mariluce Mariá, também cria do lugar e agente local de transformação social.

Quando comecei a investigar escritas de sobrevivência no Complexo do Alemão e passei a interagir com os moradores de um lugar que, conforme Malaguti Batista (2011, p. 103), é um complexo Complexo, fui acolhido pelos membros do Instituto Raízes em Movimento, que, das muitas esferas de atuação, realiza um trabalho importante de articulação entre moradores e acadêmicos no sentido de potencializar o registro das memórias locais e a reflexão sobre dinâmicas de produção de conhecimento no território. Era nessa instituição que eu imagi-

nava, em princípio, que minhas investigações se estabeleceriam, fosse pela sua história de parceria com acadêmicos de instituições diversas, fosse pela minha crença de que a temática a ser por mim tratada – notadamente, letramentos de sobrevivência em redes digitais – seria interessante para o grupo como um todo, fosse porque o trabalho do midialivrista Raull Santiago, membro do instituto, vinha ganhando proeminência em maior escala e sua performance como midiativista se assemelhava à de Renê Silva, outro morador do Complexo do Alemão de destacada atuação midiática e que teve suas atividades como agente de mudança local analisadas em meu mestrado (Maia, 2013).

Ocorreu que os rumos tomados pela minha trajetória de pesquisa foram bastante diferentes do que fora inicialmente planejado em função de um certo desconforto de minha parte no trato com o instituto e seus respectivos integrantes. Isso porque, embora viesse regularmente participando de atividades no Complexo do Alemão organizadas pelo Raízes em Movimento, não me sentia plenamente acolhido por aqueles com quem lá encontrava, de modo que, na maior parte das vezes, me via como se estivesse invadindo o convívio ou a intimidade das pessoas na busca por um ponto específico de investigação que pudesse ser interessante para a realização de minha pesquisa – e, convenhamos, o Complexo do Alemão não precisa de novas manifestações invasivas em seu território, infestado de invasores militarizados.

É importante salientar que não faço esse registro acerca de minha sensação de isolamento com o intuito de me vitimizar, principalmente diante de outros pesquisadores que, a meu ver, pareciam estar plenamente integrados ao e no campo. Sei, inclusive, que parte desse desconforto era gerado por minhas próprias atitudes, como quando a pesquisadora e amiga Tatiana Lima me aconselhou a parar de ir ao Complexo do Alemão com restrições de horário: segundo ela, se fosse para ir ao Alemão, era para ir “sem hora para voltar”. Ora, de fato, estar no campo com horário marcado para retorno – no meu caso, para algum lugar em que me hospedava na zona sul carioca – era interromper a imersão e a construção de afetos, além de, de certa forma, reforçar a divisão existente entre um eu e um eles, entre um morador do asfalto e os outros, do morro⁴, entre um branco e outros, negros, separações e diferenças cujos efeitos eu buscava atenu-

4 O asfalto corresponde a uma metonímia referente às áreas legalizadas e autorizadas existentes no espaço urbano. Costumeiramente, essa caracterização se dá em oposição a uma outra metonímia, a do morro, que corresponde às favelas, marginalizadas na paisagem urbana carioca e, portanto, ignoradas enquanto parte constitutiva da cidade.

ar ao máximo.

Essa sensação de não acolhimento, não bastasse, crescia ao mesmo tempo em que um movimento de autoafirmação dos moradores do Complexo do Alemão passava a ganhar vulto e já aparecia, inclusive, nas falas de alguns dos parceiros envolvidos nas ações do Raízes em Movimento. Alavancado por algumas jovens lideranças que se diziam cansadas de parcerias e de intromissões que só faziam explorar a realidade local, o Nós por nós parecia defender um afastamento radical dos moradores da favela em relação àqueles que, circulando em outras esferas de poder e ambientes da cidade, tinham o interesse de unir forças e de estabelecer alianças para fazer com que as pautas locais ecoassem por outros espaços de luta e de reivindicação também importantes. Tratava-se, a meu ver, de um rompimento generalizante que negava o diálogo, a alteridade, e que, ironicamente, acabava agindo no sentido de reforçar a exclusão da favela como agente inscrita na paisagem urbana. Afinal, como o favelado poderia lutar para reforçar sua participação no espaço da cidade sem dialogar e negociar com aqueles que também dão formas e significados a ela?

Embora entenda que parte desses discursos de não-integração cumpria sua função de reforço e de encorajamento de ações de resistência, não posso negar que, em certos momentos, me sentia como um dos sujeitos almejados por essa interlocução, julgado justamente como esse acadêmico que vai à favela, explora o que lhe é interessante e que não gera benefício algum em retorno. Era, sem dúvida alguma, uma posição bastante angustiante, ainda mais considerando que me esforçava sobremaneira desde o final de 2013 para estar regularmente no campo de pesquisa, um empenho que, acima de tudo, se dava em função do comprometimento ético que eu mesmo tinha assumido quando, mesmo morando, estudando e trabalhando fora e distante do Rio de Janeiro, insisti em fazer pesquisa sobre o Complexo do Alemão.

Um acontecimento não planejado, porém, foi o responsável por mudar consideravelmente a minha trajetória de pesquisa e, ainda por cima, por começar a diluir esse meu desconforto tangente a questões de acolhimento e de aceitação no campo. Em 2015, conheci Mariluce Mariá, artista cujos letramentos praticados em redes digitais serviam como alertas de sobrevivência no território do Complexo do Alemão e como denúncias de violações de direitos humanos para além de seus limites territoriais. Não demorou muito para que ela se tornasse a principal coconstrutora de minha pesquisa, responsável pelo disparo dos *fogos digitais*, justamente esses alertas a que acabo de me referir (Maia, 2017, 2019; Maia

e Silva, 2023).

Ao contrário do que ocorrera durante os dois anos em que tentei estreitar meus laços com os integrantes do Instituto Raízes em Movimento, o contato com Mariluce foi, desde o início, repleto de momentos em que ambos estavam dispostos a compartilhar seus conhecimentos e histórias. Em outros textos (Maia, 2017, 2019), aliás, descrevo com detalhes a forma como nossa relação foi se consolidando no decorrer da convivência, mesmo comigo estando fisicamente distante uma série de vezes, fosse no Brasil, fosse fora dele. Uma etnografia do encontro (Maia, 2025, no prelo), como a defini, só se tornou possível em função do empenho de dois agentes de letramentos – eu, um deles – que, mesmo circulando por diferentes grupos e espaços sociais, negociavam a todo momento os seus desejos e os seus propósitos a fim de alimentar e garantir a parceria estabelecida.

A fim de exemplificar a forma como essa etnografia do encontro se estabeleceu de forma sempre negociada, recorro a uma cena nos idos de 2017, em um dos churrascos dos quais participei em um bar da região do Inferno Verde, uma das favelas que compõem o Complexo do Alemão. Na ocasião, crianças brincavam em uma piscina que compunha a infraestrutura do bar, e eu, em certo momento, decidi interagir com elas, chegando, inclusive, a entrar na água. A curiosidade dessas crianças logo se voltou para o fato de eu ser um corpo notadamente diferente no contexto em que elas vivem – um corpo branco, de cabelos e olhos castanhos claros – e, ainda por cima, vindo de São Paulo, um lugar distante de suas residências e provavelmente conhecido somente pelo que é veiculado na televisão.

Não tardou para que uma das crianças, rapidamente seguida pelas outras, me chamasse de *gringo*. Essa brincadeira perdurou por toda a tarde e acabou rendendo um debate entre mim e Mariluce. No diálogo a seguir (Maia, 2017, p. 161), ela e eu refletimos sobre o porquê de essa caracterização ter sido a mim direcionada.

[46:29] Mariluce: Aquela coisa de territorialidade, é que tipo... é que te faz virar gringo. Tipo, as crianças te olharam como um menino loiro, dos olhos claros, que chegou aqui... que chegou aqui... assim... com um... um estilo diferente. É gringo! Você pode morar ali em Inhaúma, mas é gringo.

[46:51] Junot: É gringo!

[46:52] Mariluce: Só que, assim... Eles não querem que, só porque você é gringo, fazer como os outros fazem. Esse pessoal de liderança que limita espaço, limita território pra quem é de fora, eles não querem. Eles querem assim, "Vem, entra na piscina com a gente!". Tipo, quanto mais gringo tem pra gente aqui dentro, melhor. As pessoas podem fazer amizade, ter

contato, conhecer, conversar, trocar experiências. (...)A gente passou tanto tempo sem saber de porra nenhuma, que a gente quer saber de tudo. A gente quer aprender tudo. O governo não dá nada disso pra gente. Então, quem vai dar pra gente? A gente mesmo e as pessoas que vêm visitar a gente.

[47:31] Junot: E atinge, né? E chega!

[47:32] Mariluce: E atinge... Atinge. Muita gente aprendeu muita coisa com quem veio de fora.

As observações de Mariluce dizem muito sobre as negociações que entre mim, ela e parte da comunidade local se estabeleceram. De início, ela já aborda minha corporalidade, que já era um fator que repetidamente demandava de mim uma propensão ao diálogo nas interações *in loco*. Afinal, meu corpo branco não coincidia com a racialidade da favela, majoritariamente negra. Ali, eu era gringo! Contudo, Mariluce sempre fez questão de frisar que ser gringo não era, para mim, um impedimento de participação na dinâmica local, principalmente porque, segundo ela, as pessoas da favela poderiam aprender com o conhecimento que, com ela, eu construía, um conhecimento com potencial de circular em escalas translocais. Inclusive, a artista chega a criticar “esse pessoal de liderança que limita espaço”, referindo-se justamente aos ativistas envolvidos com o movimento *Nós por Nós* e que, ironicamente, foram o motivo do meu encontro com Mariluce e do fortalecimento de nossa parceria.

Com certeza, os efeitos dessa aliança entre mim e Mariluce, além de contribuir para as discussões acadêmicas sobre a violência em contextos periféricos brasileiros, foram positivas no sentido de documentar a memória de um local cuja história costuma ser contada somente nas páginas policiais. Ainda, a divulgação da tese por mim produzida em redes digitais amplia significativamente a reverberação não só das práticas de sobrevivência, inclusive artísticas, da artista, como também das suas formas multimodais de denunciar para outras audiências, inclusive internacionais, a violência que assola o cotidiano do Complexo do Alemão.

Os exemplos aqui trabalhados, devo dizer, exploram a relevância que as negociações assumem em pesquisas atravessadas pela diferença, como é o caso das investigações sobre escritas de sobrevivência e de reexistência no contexto brasileiro. Em ambas, a etnografia projetou-se como prática fundamental para dar subsídio às atividades de investigação e viabilizar, desse modo, uma troca construtiva e contextualizada entre pesquisadores e coconstrutores. São situações que investem no tempo e no contato longitudinal a fim de promover uma

agência coletiva, capaz de fazer com que todos os sujeitos envolvidos se escutem ao escutar uns aos outros. Tempo e interação, nesse sentido, fazem-se contexto, que emerge como grande modulador do que pode ou não ser considerado crítico na ordem das disputas discursivas.

Considerações finais

Ao longo do texto, argumentei no sentido de reconhecer a grande influência que as investigações sobre o fazer crítico na ciência tiveram sobre os estudos da linguagem, principalmente no campo da LA. Sem dúvida alguma, mesmo quando das primeiras empreitadas a serem atravessadas pela perspectiva crítica – estas que, muitas vezes, se pautavam em um correto incontestável que se sobrepunha às tramas e às ordens do discurso –, seus efeitos causavam impactos desestabilizadores nos modos de se fazer pesquisa, funcionando, assim, como motivações para uma mudança inevitável, por mais discreta que ela fosse.

Hoje, já modificados a partir de uma postura transgressiva, mais complexa e dialógica do que outrora, os estudos críticos se fortalecem com a celebração da alteridade, requerendo de nossa parte a competência de nos escutarmos ao escutar o outro – uma tarefa, a bem da verdade, nem um pouco elementar. Afinal, paradoxalmente, essa escuta se institui de forma individual e plural, demandando empenho e inquietude por parte dos agentes de letramentos envolvidos em uma interação, agentes que abraçam certa vulnerabilidade para, a partir dela, se permitirem escutar a própria escuta, na busca por um entendimento mais complexo e, portanto, mais crítico das situações sociais.

Para que essa escuta aconteça da forma mais honesta possível, com base nos trabalhos sobre sobrevivência (2017) e reexistência (2009), argumentei sobre a importância da prática etnográfica na construção da agência crítica, principalmente por ela ser a forma mais consistente, a meu ver, de se construir um contexto substancial de fato. O contato prolongado entre sujeitos que buscam articular sua agência crítica a um propósito comum é o que traz consistência para as negociações, embates e encontros discursivos que ratificam o dialogismo presente em qualquer ação que se pretenda participativa e transformadora.

Referências

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Fundamentos da Ciência Aplicada da Linguagem**. São Paulo: Pontes

Editora, 2020.

APPLE, M.; AU, W.; GANDIN, L. A. **Educação crítica**: análise internacional. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Tradução de Miriam Ávila et. al. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013 (1994).

BITTAR, A. L. B. **Sobreviver e sonhar**: histórias e memórias de mulheres em situação de rua. Campinas: IEL/UNICAMP, 2020.

BLOMMAERT, J. Contexto é/como crítica. In: SIGNORINI, I. (Org.) **Situar a linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BORBA, R. Enregistering "gender ideology". **Journal of Language and Sexuality**, v. 11. 2022, pp. 57-79.

BUSNARDO, J.; BRAGA, D. B. Language and power: on the necessity of rethinking English language pedagogy in Brazil. In: SAVINGNON, S.; BERNS, M. **Initiatives in communicative language teaching**, v. 2. Addison-Wesley Publishing Company, 1985, pp. 15-32.

BUZATO, M. E. K. Dadificação e transdisciplinaridade nos estudos do letramento: o jornalismo de dados como contexto de pesquisa. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 49. Porto Alegre: ANPOLL, 2019, pp. 128-141.

CAVALCANTI, M. C. A propósito de Linguística Aplicada. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 7. Campinas: IEL/UNICAMP, 1986, pp. 5-12.

CLIFFORD, J. Introdução: verdades parciais. In: _____; MARCUS, G. (Orgs.) **A escrita da cultura** – Poética e política da etnografia. Tradução de Maria Cláudia Coelho. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016, pp. 31- 61.

DAVIES, A. **An introduction to Applied Linguistics: from theory to practice**. Edimburgh: Edimburgh University Press, 1999.

DE CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano** – Artes de Fazer. 18a Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2012 (1980).

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006 (1971).

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

GEERTZ, C. **The Interpretation of Cultures**. New York: Basic Books, 1973.

HADDAD, S. Paulo Freire, o educador proibido de educar. In: CÁSSIO, F. (Org) **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.

JORDÃO, C. M. **A Linguística Aplicada no Brasil**: rumos e passagens. Campinas: Pontes Editores, 2016.

LOPES, A. C. **Funk-se quem quiser** – No batidão negro da cidade carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, FAPERJ, 2011.

MAHER, T. J. M. **No mundo, sem escrita**. Leitura: teoria e prática, v. 12. Campinas: ALB, FE/UNICAMP, 1988, pp. 42-46.

MAIA, J. O. A relação entre linguagem e inconsciente: do “sujeito equivocador” ao sujeito do equívoco. **Língua, literatura e ensino**, v. 4. Campinas: IEL/UNICAMP, 2009, pp. 1-6.

_____. Apropriação dos letramentos digitais para participação social mais ampla: um estudo de caso. Dissertação de mestrado. Campinas: IEL/UNICAMP, 2013.

_____. **Fogos Digitais**: letramentos de sobrevivência no Complexo do Alemão/RJ. Campinas: IEL/UNICAMP, 2017.

_____. Fogos Digitais: letramentos de sobrevivência e participação cidadã no Rio de Janeiro/RJ. In: SZUNDY, P. T. C.; TÍLIO, R.; MELO, G. C. V. (Org.) **Inovações e desafios epistemológicos em Linguística Aplicada**: perspectivas sul-americanas. Campinas: Pontes Editores, 2019, pp. 115-142.

_____. Transperipheral social media literacies: affects, ambiguities, transgressions. In: ESCARCENA, I. L.; BORBA, R. (Eds.) **The Routledge Handbook of Language and Social Media**. Londres: Taylor & Francis, 2025, no prelo.

_____.; SILVA, D. N. Afrontando a necropolítica no Brasil: recursos linguísticos arrojados e ativismo como formas de sobreviver. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 23, n. 3. Belo Horizonte: Associação de Linguística Aplicada do Brasil, 2023, pp. 1-20.

MALAGUTI BATISTA, V. O Alemão é muito mais complexo. **Revista Justiça e Sistema Criminal** - Modernas tendências do sistema criminal, v. 3, n. 5. Curitiba: FAE Centro Universitário, 2011, pp. 103-125.

MATTOS, A. M. A.; VALÉRIO, K. M. Letramento crítico e ensino comunicativo: lacunas e interseções. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 10, n. 1. Belo Horizonte: Associação de Linguística Aplicada do Brasil, 2010, pp. 135-158.

MENEZES DE SOUZA, L. M. T. Para uma redefinição de Letramento Crítico: conflito e produção de significação. In: MACIEL, R. F.; ARAUJO, V. A. (Orgs.) **Formação de professores de línguas**: ampliando perspectivas. Jundiaí: Paco editorial, 2011, pp. 128-140.

MOITA LOPES, L. P. (Org.) **Linguística Aplicada na modernidade recente**: festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola Editorial, Cultura Inglesa, 2013.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de Linguística Aplicada**. Campinas: Mercado de Letras, 1994.

_____. (Org.) **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MONTE MOR, W. M. **Crítica e letramentos críticos: reflexões preliminares**. In: ROCHA, C. H.; MACIEL, R. F. (Org.) Língua estrangeira e formação cidadã: por entre discursos e práticas. Campinas: Pontes Editores, 2013, pp. 31-59.

NUNES, C. C. Reflexões sobre a abordagem comunicativa no ensino de línguas estrangeiras. **Entretextos**, v. 18, n. 1. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018, pp. 219-241.

PENNYCOOK, A. A Linguística Aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M. C. **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998, pp. 23-49.

_____. Uma Linguística Aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.) **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, pp. 67-84.

PONTES, L. P. S. **Uma escola comunicativa de línguas: retratos de um fazer orientado por teoria**. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma Linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RIBEIRO, A. E.; COSCARELLI, C. V. **Linguística Aplicada: ensino de português**. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M. C. **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SILVA, D. N. "A propósito de Linguística Aplicada" 30 anos depois: quatro truísmos correntes e quatro desafios. **D.E.L.T.A.**, 31 (esp.). São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2015, pp. 349-376.

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop**. Campinas: IEL/UNICAMP, 2009.

_____. **Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança - hip-hop**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

VATTIMO, G. **Nihilism and emancipation: ethics, politics and the law**. New York: Columbia University Press, 2004.

WHITE, S. K. **Sustaining affirmation: the strenghts of weak ontology in political theory**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005 (1993).

WIDDOWSON, H. G. Coming to terms with reality: Applied Linguistics in perspective. In: GRADDOL, D. (Org.) **Applied Linguistics for the 21st**. Century. AILA Review, 14, pp. 2-17.

Sobre o autor

Junot de Oliveira Maia - Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Adjunto do setor de Linguística Aplicada - Português Língua Materna da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte/MG. Contato: junotmaia@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9606848154032239>; OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-9645-0027>.